



Evento	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2018
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	O dilema da Autoridade Palestina: entre Israel e o povo palestino
Autor	JOANA SOARES CORDEIRO LOPES
Orientador	PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI

Título: O dilema da Autoridade Palestina: entre Israel e o povo palestino

Autora: Joana Soares Cordeiro Lopes

Orientador: Professor Doutor Paulo Fagundes Visentini

Instituição: UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O presente trabalho tem o objetivo principal de compreender como se dão as dinâmicas entre a Autoridade Nacional Palestina (ANP) e, por um lado, o povo que deve representar e, por outro, a força ocupante, Israel. A metodologia utilizada é hipotético-dedutiva e os instrumentos metodológicos a serem empregados incluem a revisão bibliográfica de livros e artigos sobre o tema, análise de discursos de tomadores de decisão envolvidos na questão e realização de entrevistas *in loco* com palestinos membros de organizações ativistas pela causa palestina e membros do governo da Autoridade Palestina. A hipótese da pesquisa é que a subordinação a Israel impede que a ANP seja representativa da vontade dos palestinos. Busca-se responder com a pesquisa as seguintes perguntas: (i) Como se deu o processo que estabeleceu a Autoridade Palestina e quais impactos gerou no conflito; (ii) Qual sua relação com Israel ao longo de sua existência e nos dias atuais; (iii) Como o povo palestino vê a Autoridade Palestina. A Autoridade Nacional Palestina foi criada em 1994 como resultado dos Acordos de Oslo (1993-1995). Seu objetivo principal era o de construir a estrutura institucional para a criação do Estado da Palestina, o que até hoje não ocorreu. Nesse processo, as atribuições estatais que Israel provia nos Territórios Palestinos Ocupados foram passadas à ANP, porém, com restrições a sua atuação. A Autoridade Palestina não controla suas fronteiras ou seus recursos, não tem soberania sobre todo o território ao qual foi atribuída e tem sistemas de segurança e de coleta de impostos integrados com Israel, ou seja, apesar de ter uma estrutura estatal não é um Estado de fato. Nesse sentido, a ANP está em grande parte subordinada a Israel e não consegue prover à população palestina sua demanda principal, que é a criação do Estado palestino. A partir da pesquisa, constata-se que a criação da Autoridade Palestina gera diversos impasses. A população palestina não se sente representada pela ANP pois não a vê verdadeiramente buscando atingir seu objetivo primordial: a criação do Estado palestino. Constata-se que um governo dentro de uma situação de ocupação não tem poder para se estabelecer de forma completa e, portanto, fica dependente e à mercê da força ocupante.